

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.413 - SC (2019/0001486-6)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : CARLOS HENRIQUE SANTOS DE ALCÂNTARA - SC019756
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - SC029941
JOSÉ ANTÔNIO BROGLIO ARALDI - SC030425
AGRAVADO : TRANSPORTES EXPORT CENTER LTDA - MICROEMPRESA
AGRAVADO : VILSON CARVALHO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M
AGRAVADO : CLOCI FORTUNATO
AGRAVADO : JOAO CARLOS MACIEL ORSATTO
ADVOGADOS : ALFREDO MARIN JUNIOR - SC006253
JORGE MENEZES MARTINS JÚNIOR - SC032301
FRANCISCO BARBOSA JUNIOR - SC048310

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. AGRAVO QUE NÃO INFIRMA FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

BANCO DO BRASIL S.A. (BANCO) ajuizou execução de título extrajudicial contra TRANSPORTES EXPORT CENTER LTDA., JOÃO CARLOS MACIEL ORSATTO e outros (TRANSPORTES, JOÃO e outros), em face da qual JOÃO opôs exceção de pré-executividade, alegando prescrição intercorrente.

A sentença julgou extinta a execução, declarando a prescrição intercorrente (e-STJ, fls. 414/416).

Os embargos de declaração opostos por JOÃO foram rejeitados (e-STJ, fl. 426).

Interposta apelação por BANCO, o Tribunal de origem negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 476/477):

*APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. SENTENÇA QUE DECRETA A PRESCRIÇÃO COM BASE NO ARTIGO 487, II, DO CPC/15. INSURGÊNCIA DE AMBAS AS PARTES.
I - RECURSO DO EXEQUENTE. PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR AUSÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS (ART.*

791, III, DO CPC/73).

PERMANÊNCIA DO PROCESSO EM ARQUIVO ADMINISTRATIVO POR MAIS DE ONZE ANOS, ENQUANTO VIGIA O CPC/73. INÉRCIA INJUSTIFICADA DA PARTE CREDORA EM DAR ANDAMENTO EFICAZ AO FEITO. PRAZO DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE SUBMETIDO AO PRAZO DE PRESCRIÇÃO PARA A PRETENSÃO DE DIREITO MATERIAL, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 206, § 5º, I, E 2.028 DO CÓDIGO CIVIL, E, NO CASO, SUPERADO EM MUITO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 150 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

ENTENDIMENTO FIRMADO POR ESTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL EM JULGAMENTO AMPLIADO PELA TÉCNICA DO ARTIGO 942 DO CPC/15. CAUSA DA PRESCRIÇÃO INCORRENTE ANTERIOR À VIGÊNCIA DA NOVA LEI PROCESSUAL. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO "TEMPUS REGIT ACTUM".

1. A prescrição intercorrente é fenômeno jurídico que extingue a pretensão executória diante da inércia de movimentação eficaz do processo já instaurado, pelo lapso temporal previsto em lei para o exercício da pretensão do direito material (Súmula 150/STF). Pressupõe, assim, a inércia do exequente e o transcurso do prazo prescricional durante a tramitação do processo executório.

2. "A pretensão de execução de dívida líquida constante de instrumento público emitido na vigência do Código Civil de 1916 prescrevia em 20 (vinte) anos (artigo 177), sendo que, a partir da edição do Código Civil atual, o prazo prescricional passou a ser de 5 (cinco) anos (artigo 206, § 5º, inciso I). 2. O transcurso do prazo estipulado em lei e a desídia da exequente justificam o reconhecimento da prescrição intercorrente. (TJSC, Apelação Cível h. 2014.094776-3, de Blumenau, rel. Des. Jânio Machado, j. 05-03-2015)".

RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

II - APELO DOS EXECUTADOS.

4. INSURGÊNCIA RESTRITA AO CAPÍTULO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. PONTO ACOLHIDO. O FIXAÇÃO COM BASE NO VALOR DA CAUSA. INCIDÊNCIA DA REGRA GERAL PREVISTA NO ARTIGO 85, § 2º, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Inconformado, BANCO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 921, §§ 2º e 3º, 923 e 1.056 do NCPC e divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que (1) durante o arquivamento administrativo, não corre a prescrição; (2) o termo inicial da prescrição intercorrente é a entrada em vigência do NCPC; e (3) é necessária a prévia intimação do devedor para dar andamento ao processo antes da

decretação da prescrição intercorrente.

JOÃO e outro ofereceram contrarrazões (e-STJ, fls. 516/521).

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre ante a incidência da Súmula nº 83 do STJ. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

JOÃO e outro apresentaram contrarrazões (e-STJ, fls. 547/551).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observa-se que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra todos os fundamentos da decisão agravada, pois BANCO não infirmou devidamente os seus esteios, deixando de refutar, de forma arrazoada, a incidência da Súmula nº 83 do STJ.

Como se sabe, na hipótese em que se pretende impugnar, no agravo em recurso especial, a incidência da Súmula nº 83 do STJ, deve o agravante não apenas mencionar que o referido enunciado deve ser afastado, mas indicar precedentes **contemporâneos ou supervenientes** aos referidos na decisão agravada, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior, ou, que a divergência é atual (AgRg no AREsp nº 238.064/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 18/8/2014).

Saliente-se que se revelam absolutamente dissociadas dos autos as alegações do BANCO de que o presente processo teria peculiaridades “*no tocante a extinção do processo por superveniente ilegitimidade do recorrente com aplicação da penalidade por litigância de má-fé, pois a decisão não condiz com a realidade dos fatos*” (e-STJ, fl. 536). Aliás, o próprio agravo transcreve o acórdão recorrido e a decisão

de admissibilidade, que em nada se amoldam à tal peculiaridade apontada, visto que cuidam da extinção do processo pelo reconhecimento de prescrição intercorrente, matéria objeto do recurso especial.

Nesse contexto, tendo sido apresentado em desacordo com os requisitos do art. 932, III, do NCPC, o recurso não se mostra viável.

A propósito, cita-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DO ART. 932, III, DO CPC/2015. [...]

II - Razões de agravo interno que não impugnaram especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do Agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III, do CPC/2015.

III - Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 884.901/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, DJe 27/5/2016)

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de BANCO, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC, observado, se o caso, o art. 98, § 3º do NCPC.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator